

7

**MARIA HELENA GROHMANN
RODRIGUES DE PAULA (*)**

**ENSINO
SUPERIOR,
HOJE**

ABSTRACT

The author presents the matter giving emphasis to four aspects: 1. The freshmen's expectations about the Pedagogy Course when they enter College. 2. Statistics data related to either state or private Brazilian University Institutes. 3. The practical realization of the Brazilian university teaching and its qualities and faults. 4. An ideal University in a utopian perspective that works out as a propelling spring about the future, but not forgetting the concrete conditions of "hic et nunc".

RESUMO

A autora aborda o assunto focalizando quatro aspectos: 1. As expectativas dos alunos das primeiras séries do Curso de Pedagogia ao ingressarem na Faculdade. 2. Os dados estatísticos relacionados com as instituições universitárias brasileiras oficiais e particulares. 3. A realização prática do ensino superior brasileiro, com suas características e deficiências. 4. A Universidade ideal numa perspectiva utópica, que funciona como mola propulsora do sonhado amanhã, sem esquecer as condições concretas do "hic et nunc".

(*) A autora é Mestre em Filosofia da Educação e Educação Brasileira (PUCSP), leciona Filosofia e Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

1. AS EXPECTATIVAS (pesquisa)

Pesquisa realizada em março/88 junto aos alunos do Curso de Pedagogia (1º A diurno e 1º B e 1º C no turnos), num total de 159 relatos escritos, resultou num elenco de expectativas as mais variadas e diferenciadas, tais como:

"trocar experiências com colegas e professores sobre a prática educativa";

"ampliar e aperfeiçoar conhecimentos: dependerei de vocês para crescer";

"poder trabalhar melhor, tentando errar menos";

"melhor entrosamento aluno-aluno, aluno-professor, tanto no mesmo curso, como em cursos diferentes";

"adquirir espírito crítico, sabendo apresentar e defender argumentos";

"capacitar para um melhor desempenho profissional, com realização pessoal e conseqüente conscientização e felicidade";

"ter uma visão melhor sobre educação na atualidade (aprofundamento e atualização cultural)";

"preparar eficientemente para concursos e provas de seleção (futuro melhor remunerado)";

"preencher deficiências teóricas e práticas do Curso de Magistério do 2º grau";

"dar base para realizar, com seriedade, trabalho de alto nível com os alunos";

"conhecer e experienciar diferentes métodos de ensino, para incentivar nos alunos o gosto de estudar";

"falar, viver e explorar o que não sabem (viver e atuar em comunidade)";

"aperfeiçoar a expressão oral e escrita, base do processo educativo fundamentado no diálogo";

"encontrar curso com aulas abertas, entrosadas, democráticas, polêmicas, atuais, dinâmicas e esclarecedoras";

"contatar professores humanos, compreensivos,

amigos, mas sobretudo competentes";

"não discriminar alunos que não fizeram o Curso de Magistério do 2º grau";

"poder realizar "o sonho de abrir e dirigir uma escola".

A essas expectativas reuniram-se sugestões tanto de atividades de classe como extra-classe. As do primeiro grupo podem assim ser resumidas:

"promover maior relacionamento entre alunos dos primeiros anos diurno e noturno, calouros e veteranos, alunos de outros cursos e de outras faculdades";

"conhecer e discutir metodologias variadas";

"curso dinâmico : não só falado e não tanto na sala de aula";

"aulas mais dinâmicas, produtivas e sobretudo a gradáveis";

"aconselhamento sobre como aproveitar o tempo dentro e fora da classe e da escola";

"sugerir leituras para aprofundamento nas diversas disciplinas";

"realizar debates em classe numa disciplina ou em disciplinas integradas, envolvendo todos os professores e alunos";

"aumentar o número de aulas de Língua Portuguesa para suprir deficiências";

"aumentar a duração do curso para quatro anos a fim de preparar melhor professores eficientes na sua área";

"dar ênfase à pesquisa, tanto em trabalhos individuais como de grupo";

"orientar trabalhos segundo as capacidades dos alunos";

"não fumar em classe (professoras e alunos), para preservar a saúde de todos".

A estas sugestões, que têm nitidamente um caráter de suplência, isto é, sanar falhas gritantes e óbvias dos cursos de segundo grau, das quais a maior parte dos alunos tem clara consciência, juntam-se a

gumas sugestões de caráter tradicionalista e negativo, que todavia são registradas porque ainda hoje encontradas entre os alunos:

"todo trabalho deveria ser individual" (onde o entroamento e a socialização, inerentes à escola como comunidade educativa?);

"o professor deveria formar os grupos" (como superar a heteronomia e chegar à autêntica autonomia?);

"o professor deveria escrever mais na lousa" ("aula" só se realiza entre as quatro paredes da sala de aula e principalmente com o giz no quadro-negro e a voz do professor?);

"não carregar em trabalhos de casa e leitura de livros" (como realizar todas as funções que a Universidade se propõe sem as tarefas extra-classe, principalmente aquelas relacionadas com a bibliografia especializada para suprir o nosso já escasso e acidentado período letivo, um dos menores do mundo?).

As sugestões do segundo grupo, atividades extra classe, assim podem ser condensadas:

"realizar encontros (atividades recreativas) entre alunos e professores, fora da escola, para maior entrosamento (horas de convivência)";

"entrevistar profissionais da área de Educação, diretores, orientadores, supervisores, assistentes, coordenadores, para conhecer melhor as tarefas específicas do "ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO" em ação";

"realizar Semana Cultural, com temas da atualidade e da realidade brasileira";

"realizar excursões para conhecer outros cursos, faculdades, empresas, comunidades, etc...";

"assistir a filmes e "slides" sobre assuntos estudados: o pedagogo atuando no seu campo";

"visitar exposições e museus, escolas que aplicam métodos diversos, instituições (creches, asilos, orfanatos), favelas (trabalho comunitário) etc...";

"realizar cursos reconhecidos de extensão (em fins de semana) sobre recreação infantil, material pedagó

gico e atividades relacionadas com o 1º grau";

"incluir no Currículo (como matérias optativas) aulas de Educação Artística, Educação Musical, Trabalhos Manuais, Artes Plásticas, Artes Cênicas";

"proporcionar palestras sobre:

- . Aborto
- . Aids
- . Atlântida
- . Ciclo básico
- . Como desinibir p/ comunicar
- . Constituinte
- . Cuidados médicos na escola
- . Crianças carentes
- . Crianças excepcionais
- . Defesa do meio-ambiente
- . Drogas
- . Educação sexual
- . Eleições
- . Estatuto do magistério
- . Greve
- . Nível de ensino
- . Pedagogo na empresa
- . Pré-escola
- . Problemas da fala
- . Problemas emocionais
- . Realidade brasileira
- . Recreação
- . Relação professor-aluno
- . Trabalho comunitário
- . Voto
- . Zona rural e urbana

Aqueles que têm acompanhado atentamente o noticiário relacionado com a atuação da FAFI, principalmente o BIC, de publicação mensal, podem notar que muitas destas pretensões sugeridas ou já foram realizadas pelos diversos departamentos ou estão planejadas para realização próxima, quer como atividades parciais e isoladas dos cursos, quer como atividades integradas na intensa programação da SEMANA CULTURAL

DA FAFI, que pela primeira vez reúne eventos simultâneos (mais de 60) de todos os departamentos. Num amplitude diversificada estará levando em conta tanto os interesses específicos de alunos, professores, cursos, como as disponibilidades dos especialistas convidados a participar de palestras, debates, painéis, filmes, "slides", exposições, excursões, cursos, etc... que ocorrerão nessa ocasião.

2. OS NÚMEROS (dados estatísticos)

As recentes publicações especializadas na área de Educação fazem um mapeamento do Ensino Superior no Brasil, enumerando as instituições federais, estaduais e particulares, tanto isoladas quanto agrupadas em Universidades, também elencadas Estado por Estado, o que nos permite algumas considerações, quer quanto às entidades mantenedoras, quer quanto à sua distribuição numérica e geográfica.

Quanto às entidades mantenedoras, pela sua enumeração e totalização parcial e geral, percebe-se claramente a desproporção entre as instituições mantidas pelos órgãos oficiais e aquelas mantidas pelo setor particular.

O poder federal se faz representar com muito pouca representatividade - e com a agravante de que sua função específica é de suplência -: uma instituição geralmente em cada Estado, nenhuma no Amazonas e Roraima, duas ou três em três Estados: Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e a capital, Brasília; e a maior incidência está no Estado de Minas Gerais, inexplicavelmente (?) com cinco instituições universitárias federais. Num total de trinta e duas instituições, contudo, o poder federal está mais ou menos homogênea e equitativamente representado.

Quanto ao poder estadual, a incidência é mais representativa: são 155 instituições, mas com uma distribuição bem heterogênea, desde uma instituição

Roraima, Maranhão, Mato Grosso e Paraíba, chegando a uma dezena em nove Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul; e a duas dezenas ou mais em cinco Estados: Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina; a culminância, com vinte e quatro instituições universitárias se dá no Estado de São Paulo, o que é explicado pelos seguintes fatores: é o mais industrializado, o mais densamente povoado e o de melhor nível sócio-econômico da população.

Quanto ao setor privado é aqui que se evidenciam as grandes distorções, como bem afirma Florestan Fernandes ao comentar a atual situação do ensino brasileiro: "o desenvolvimento capitalista desigual conferiu ao Brasil uma condição peculiar: a privatização do público", (1) conceito já difundido anteriormente pelo educador Anísio Teixeira. "O Estado burguês preenche duas funções básicas: uma de acumulação de capital (ardentemente defendida pelos "lobbies" que pressionaram a atual constituinte), outra de impedir que desigualdades extremas desemboquem num impasse... A maioria parlamentar revelou-se indecisa e fraca diante de um assunto de tal envergadura (como a educação), sucumbindo à conciliação que representou uma vitória do ensino privado e seus mentores" (2). Vitória esta que aliás não é novidade, mas manutenção de um "status quo" proveniente já desde a década de 30, quando educadores do porte de um Anísio Teixeira (Educação não é privilégio, Educação é um direito)" proclamaram o Estado democrático como Estado educador, utopia que não se realizou em nenhuma parte do mundo, nem mesmo nos Estados Unidos, democrático por excelência, e impossível num Estado de democracia restrita" (3) como o nosso.

Analisando os dados numéricos, constatamos a presença desde uma única instituição universitária particular em Alagoas e Rio Grande do Norte, até dez em

nove Estados: Ceará: 5, Espírito Santo: 7, Goiás: 7, Mato Grosso do Sul: 4, Pará: 2, Paraíba: 8, Pernambuco: 9, Sergipe: 2 e a capital, Brasília: 8; de mais de uma dezena até uma centena, em seis Estados: Bahia: 11, Santa Catarina: 16, Paraná: 25, Rio Grande do Sul: 53, Rio de Janeiro: 88, Minas Gerais: 95; e novamente culminando com São Paulo: 231 instituições, sendo 71 na capital e 160 no interior.

Essa disparidade, flagrante no quadro anexo (*) quase dispensa comentários. Contudo alguns se fazem necessários, pelo menos a título de comparação: em doze Estados, notamos menos de uma dezena de instituições universitárias e com distribuição desigual: Acre: 1, Alagoas: 5, Amazonas: 3, Maranhão: 2, Mato Grosso: 2, Mato Grosso do Sul: 5, Pará: 7, Piauí: 1, Rio Grande do Norte: 4, Rondonia: 1, Roraima: 1, Sergipe: 3. Também com distribuição desigual, de uma a seis dezenas, temos a capital e nove Estados: Brasília: 10, Ceará: 10, Paraíba: 10, Espírito Santo: 12, Goiás: 14, Bahia: 18, Pernambuco: 34, Santa Catarina: 35, Paraná: 49 e Rio Grande do Sul: 57. Na faixa de mais de uma centena, temos Rio de Janeiro com 103 instituições e Minas Gerais com 117; e com maioria absoluta e esmagadora, o Estado de São Paulo se faz presente com 256 unidades escolares de nível superior.

Este fato, explicável pelas condições sócio-econômicas já citadas, ao mesmo tempo acarreta consequências agravantes: o número de candidatos ao vestibular (120 mil em 88 e 94.500 em 89 na FUVEST) cresce em proporção geométrica (ocasionada pela densidade demográfica) enquanto o número de vagas cresce em proporção aritmética (a criação e instalação de escolas e cursos é burocrática e economicamente lenta); isto gera uma grande porcentagem de excedentes, que vão bater às portas das escolas particulares, "inchadas" e inflacionadas, de um lado, por uma intensa procura, e de outro pela oferta desproporcional de vagas nas instituições públicas: menos de 10% do total de candida

(*) ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

ESTADOS	I N S T I T U I Ç Õ E S			TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL	PARTICULAR	
Acre	1	-	-	01
Alagoas	1	3	1	05
Amazonas	-	3	-	03
Bahia	1	6	11	18
Brasília	2	-	8	10
Ceará	1	4	5	10
Espírito Santo	1	4	7	12
Goiás	1	6	7	14
Maranhão	1	1	-	02
Mato Grosso	1	1	-	02
Mato Grosso-Sul	1	-	4	05
Minas Gerais	5	17	95	117
Pará	1	4	2	07
Paraíba	1	1	8	10
Paraná	1	23	25	48
Pernambuco	2	23	9	34
Piauí	1	-	-	01
Rio Grande Norte	1	2	1	04
Rio Grande Sul	2	2	53	57
Rio de Janeiro	3	12	88	103
Rondonia	1	-	-	01
Roraima	-	1	-	01
Santa Catarina	1	18	16	35
São Paulo	1	24	231	256
Sergipe	1	-	2	03
TOTAL/INSTITUIÇÃO	32	155	573	760
SUB-TOTAL	187		573	760
%	24,6%		75,4%	100%

tos (para ser mais precisa: 7% segundo dados de 88 projetados para 89).

Eis o célebre fenômeno em X ou fenômeno cruzado em que a seqüência lógica e natural da escolaridade se inverte por ocasião do ingresso no terceiro grau: os alunos oriundos das escolas públicas, vencidos numa competição desigual, acomodam-se nas instituições universitárias particulares, enquanto os egressos dos melhores colégios particulares, por sua privilegiada situação socio-econômica-cultural, conseguem as poucas e disputadíssimas vagas do setor público. É o que o gráfico apresenta como dados conclusivos: das 760 instituições universitárias, 24,6% (187) provem do setor público, enquanto 75,4% (573) são mantidas pelo setor privado.

Como afirma Florestan Fernandes, "a privatização do público impôs-se em favor dos interesses particularistas, leigos e confessionais... O eclipse gradativo do ensino público (especialmente de 1º e 2º graus) que se alçaria sob a ditadura instaurada em 64, em política de aboletização provocada da escola pública e de reforço da acumulação de capital, através do ensino concebido como mercadoria, em todos os graus, correspondem à necessidade de uma modernização do ensino conservador, nos moldes das preferências consagradas pelos acordos MEC-USAID e pela filosofia da educação perfilhada pelo regime ditatorial. Hoje, a questão se repõe com as mesmas contradições: as iniquidades educacionais e as carências do ensino público aumentaram. Ao mesmo tempo, o Estado tornou-se um mecenas do ensino privado, por meandros que iludem até os observadores mais lúcidos e exigentes". (4).

3. A REALIDADE (a prática)

Segundo Marcos Masetto, "a prática concreta do professor do Ensino Superior assenta-se sobre três pontos principais: 1. o conteúdo da área na qual o professor é um especialista (aspecto cultural); 2. sua

visão de educação, do homem e do mundo (aspecto filosófico); 3. habilidades e conhecimentos que lhes permitem uma efetiva ação pedagógica em sala de aula (aspecto técnico-pedagógico)." (5).

Vivendo a situação educacional que, essencialmente, é de inter-relacionamento, percebe-se claramente a influência recíproca desses três elementos: sua separação artificial, com fins de análise pedagógica é contudo esclarecedora e com bem ressalta o autor: - "objetiva lembrar ao professor que, nem ele está sozinho em seu trabalho, nem a sala de aula existe no vazio". (6).

Esse tríplice aspecto corresponde também à tríplice missão da Universidade:

1ª - formar profissionais especializados no ensino e nas diversas carreiras;

2ª - incentivar pesquisadores para o progresso científico e tecnológico;

3ª - propiciar a extensão cultural que, ao se aplicar às comunidades, retribui a estas, com o retorno a que têm direito, os incentivos que lhe foram destinados, fechando assim um círculo de influências num sentido, mas abrindo-se, num outro sentido, num leque de benefícios que voltam aos diversos setores sociais.

Todavia, diversas faculdades e universidades brasileiras, tanto do setor privado como oficial, carecem, na verdade, do que pareça e deva ser a espinha dorsal da escola: "a seriedade com que encaram a educação, o talento para o ensino, a renovação e o aperfeiçoamento contínuos. A escola só é liberal quando privilegia o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes e coloca o interesse social acima do individual, exercitando o senso e a prática da justiça, da solidariedade" (7) e acrescentamos, principalmente o espírito democrático.

A questão básica que se coloca além da disputa pe

las vagas, mais ou menos acirrada nas poucas escolas oficiais e nas muitas particulares é se existem pontos em comum, que na realidade deveriam ser essenciais:

- . todas valorizam a qualificação e o trabalho dos professores?
- . todas reconhecem essa valorização numa remuneração condigna?
- . todas oferecem não só condições mínimas, mas privilegiadas de ensino-aprendizagem?
- . todas conciliam liberdades individuais e direitos humanos?
- . todas propiciam uma abertura democrática no diálogo com a comunidade?
- . todas "querem formar alunos para serem cidadãos do mundo moderno"? (8)

Ao levantar a pergunta "PESQUISA PARA QUÊ?" o educador Rubem Alves afirma que "a comunidade científica deve se dar conta do sistema de determinismos sociais que se apropriam do conhecimento que ela produz, de tal forma que o saber passa a exercer função social que nada tem a ver com as melhores intenções dos cientistas. Num nível mais profundo, a pergunta pode significar que se está pedindo ao cientista que ele dê contas da função social real do seu conhecimento, do resultado social de suas investigações." (9)

Esta mesma concepção sobre as tarefas da Universidade é apresentada por Florestan Fernandes ao "dar relevo a três outras funções, tolhidas ou reprimidas até passado recente:

1ª - A função de pesquisar, concebida como de importância equivalente à do ensino e ainda mais decisiva para a aceleração e autonomização do desenvolvimento educacional e cultural do país, por causa das conseqüências diretas ou indiretas da expansão inter

na da ciência e da tecnologia avançada.

2ª - A função de criação intelectual, antes tolhida e irrelevante, por desenrolar-se, sistematically, através dos papéis intelectuais dos profissionais liberais e que hoje precisa ser coordenada, intensificada e dirigida pela Universidade, da qual a sociedade espera a produção original ou a impulsão a certos tipos de saber.

3ª - A função de gerar um pensamento crítico, tanto sob a modalidade da autoconsciência dos problemas da sociedade nacional e seus dilemas na civilização vigente, quanto sob o modo de reflexão crítica sobre o destino do homem nessa civilização e a natureza das "grandes opções históricas" que ela nos ofereceu que podemos criar através de seus recursos materiais e humanos". (10)

4. A UTOPIA (a esperança)

Depois de analisar as expectativas do alunado/88, os dados estatísticos da atual situação do Ensino Superior brasileiro, as condições do exercício prático do magistério a nível de 3º grau, resta-nos uma abordagem final, com características conclusivas.

"Os que defendem a ciência, o pensamento crítico e a pesquisa criadora", segundo Florestan Fernandes, "vivem de esperanças. Uma esperança tênue e irracional (porque muitas vezes contra tudo e contra todos), mas que se alimenta de lutas incessantes e sem tréguas" (11) e que deve estar sempre presente, encorajando principalmente aqueles que se dedicam ao mister da educação.

Se cabe à Universidade "formar profissionais, pensadores e pesquisadores, é preciso garantir estruturalmente a todos eles, os elementos filosóficos - acrescentamos os técnicos, didáticos, culturais - imprescindíveis para que possam avaliar mais adequadamente sua função no projeto histórico cultural do Brasil. E

que esta formação se desdobre em pesquisas, que forneçam bases para maior conhecimento e melhor compreensão do próprio destino da nossa História". (12)

Uma Universidade "integrada e multifuncional é uma resposta necessária às exigências da civilização urbano-industrial, cuja assimilação está desencadeando uma revolução econômica, social e cultural na sociedade brasileira. O sentido e os limites em que a universidade nascente servirá como força dinâmica institucionalizada dessa revolução, dependem, entretanto, da evolução dos conflitos que agitam a cena histórica brasileira".(13)

Uma Universidade ideal não foi projetada como uma unidade perfeita e acabada, mas representada à luz das funções reais ou potenciais que ela deveria preencher na sociedade inclusiva. Assim, separava-se a construção da nova universidade, das relações de imitação, assimilação e dependência culturais, em face das nações "capitalistas", "centrais" ou "hegemônicas".(14)

"O afã de construir uma universidade "nova", "crítica" e "democrática", continua Florestan Fernandes, "não perdeu sua importância nem o significado utópico que possuía, como tentativa de modificar a realidade brasileira. As mais específicas e marcantes dentre essas tarefas são reconstruir internamente a Universidade em suas partes e em seu todo; dentre as mais complexas e gerais, adaptar a estrutura, o funcionamento e o crescimento da universidade brasileira, ao papel histórico que ela deve ter como fonte de negação e superação da dependência cultural e do subdesenvolvimento educacional. Nas fronteiras do presente e do futuro, a universidade não deverá contentar-se em contribuir para "acelerar o desenvolvimento". Ou ela será capaz de produzir um novo padrão intelectual de desenvolvimento cultural e educacional autônomo (parece que já estamos vendo brotar os primeiros frutos desta orientação em trabalhos, pesquisas e realizações originais - e de comprovado valor - dos nossos peda

gogos, pensadores e pesquisadores) ou ela submergirá tragada por um processo de senilização precoce, que fará dela um rebento moderno de estruturas arcaicas ou uma objetivação arcaica dos tempos modernos".(15)

Por outro lado, a Filosofia da Educação faz um esforço crítico para apreender o significado da educação universitária hoje, tentando compreender o que a sociedade espera da educação. Como bem afirma SEVERINO (16), "a educação é vista como esforço geral de aprimoramento possível nas condições históricas atuais : o que se quer é uma sociedade mais igualitária, justa e humanizada. Para tanto deve-se evitar quer a postura idealista, que visa o impossível na realidade histórica (olhando longe, esquece o cotidiano), quer a postura liberalista que pressupõe a igualdade como algo já existente, quando a experiência histórica está a nos mostrar a consolidação de privilégios" (que devem ser atacados).

E continua o autor, "a educação universitária, voltada para os interesses sociais e para a distribuição dos bens culturais, cumprirá sua tarefa em três perspectivas:

1ª - Realização profissional competente, fundamentada na qualificação e pesquisa científica.

2ª - Compromisso de formação política: conscientização crítica dos aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade histórico-social.

3ª - Formação filosófica dos estudantes de todas as áreas, para discutir (e assumir) a problemática concernente à condição e ao significado da existência humana e, nela, a educabilidade.

BIBLIOGRAFIA

1. FERNANDES, Florestan. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. in SUPLEMENTO DE EDUCAÇÃO nº 151. Setembro/88 S.Paulo. APEOESP. p. 2.
2. Idem, p. 3.
3. Ibidem, p. 2.
4. Ibidem, p. 3.
5. MASETTO, Marcos e ABREU, Maria Célia. O professor universitário em sala de aula. 4ª ed. S. Paulo. MG Editores Associados. 1985. Introdução. p. 1.
6. Idem, p. 2.
7. CHAIM, Célia. Colégios que são faculdades. in ISTO É - SENHOR. nº 993 - Setembro/88. S. Paulo. Editora Três. p. 58.
8. Idem, p. 55.
9. ALVES, Rubem. Pesquisa para quê? in REFLEXÃO - Revista do Instituto de Filosofia e Teologia - Campinas - PUC. vol. 1, nº 1, setembro/75. p. 36-37.
10. FERNANDES, Florestan. Reforma universitária e mudança social in ARGUMENTO. Revista mensal de cultura. S.Paulo. Ano 1, nº 3. Janeiro / 74. p. 5-24.
11. Idem, p. 8.
12. SEVERINO, Antonio Joaquim. A questão da autenticidade da Filosofia Brasileira. in REFLEXÃO. op. cit. p. 43-51.
13. FERNANDES, Florestan. Reforma universitária. op. cit. p. 5.
14. Idem, p. 11.
15. Ibidem, 13 a 15.
16. SEVERINO, Antonio Joaquim. Filosofia e Política da Educação Universitária no Brasil. Comunicação ao Encontro Nacional de Especialistas em Pedagogia Aplicada ao Ensino Superior - PUC. S.Paulo. Julho/88 17 p.